APRESENTAÇÃO

No ano de 2016 o Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN completou 40 anos. Muitas foram as atividades comemorativas. E não podia ser para menos. Afinal, a UNIGRAN é hoje uma instituição reconhecida, nacional e internacionalmente, com egressos ocupando os mais diversos cargos e à frente de diferentes empresas com forte impacto social; profissionais competentes fazendo a diferença. A Revista Jurídica tem, pari passo, acompanhado este reconhecimento da UNIGRAN. Afinal, foi gestada como parte das ações para o oferecimento, em 1999, de um programa MINTER em Direito, em parceria com a UnB: tornou-se o espaço institucional de divulgação do conhecimento, inicialmente local, para constituir-se efetivamente em um periódico científico na área do Direito.

Atento aos critérios de qualidade, o Conselho Editorial tem implantado uma política de qualificação dos artigos publicados a partir da ampliação e qualificação do quadro de avaliadores ad hoc¸ bem como buscado empreender um maior impacto junto aos programas de pós-graduação stricto sensu. Os resultados estão evidenciados na quantidade e qualidade dos artigos submetidos à revista, na redução do prazo para as avaliações por pares em duplo cego, na exogenia e penetração internacional.

Este número traz oito artigos inéditos avaliados por pares, em duplo cego e dois trabalhos em seções especializadas - análise de jurisprudência e resenha; o fator exogenia é visualizado pela participação de autores de quatro diferentes regiões do país. Os artigos selecionados para esta edição da revista estão descritos a seguir.

1. **A vocação ética do Direito**, de Bruno Amaro Lacerda. Neste texto, o autor aborda algumas das principais concepções sobre as relações entre direito e moralidade, no intuito de distingui-los e assim destacar que a realização da justiça, entendida como a garantia recíproca das liberdades externas, é o fim ético do direito;

2. **A possibilidade da produção de efeitos *erga omnes* e vinculante em decisões proferidas no controle difuso de constitucionalidade**, de Vinicius de Almeida Gonçalves. Vinicius busca analisar o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a possibilidade de aplicar o efeito erga omnes e vinculante em decisões proferidas em sede de controle difuso de constitucionalidade, destacando que houve uma evolução na aplicabilidade do

controle de constitucionalidade no direito brasileiro passando a admitir a extensão dos efeitos das decisões;

3. **O menino Pedro e sua cruz**: **a imparidade de um crime pela invisibilidade de uma cor**, de Emerson Benedito Ferreira. Emerson, inspirado em uma metodologia foucaultiana e a partir de um relato histórico, traz importante análise em que destaca a invisibilidade social e humana do negro perante o imaginário popular do Brasil na segunda metade do século XIX;

4. **Ecos da primavera árabe: a igualdade de gênero e os direitos das mulheres na constituição tunisiana de 2014, à luz do método comparativo**, de Hidemberg Alves da Frota. A igualdade de gênero e os direitos das mulheres na Constituição tunisiana de 2014, em cotejo com os quatro esboços do seu projeto, que precederam à redação final, de 26 de janeiro de 2014, do texto constitucional e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos de raiz islâmica, africana e árabe é o tema central do artigo;

5. **A desconsideração da personalidade jurídica sob a ótica do novo Código de Processo Civil**, de Daniel Célio Fernandes Costa e Alexandre Mantovani. O instituto do incidente da desconsideração da personalidade jurídica e sua normatização processual pela Lei n. 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) é o tema central, com destaque para as inovações, especificamente acerca da sistemática procedimental, com o devido apontamento das consequências jurídicas e suas críticas;

6. **Repetição do indébito nas relações de consumo: análise acerca da necessidade de comprovação de má-fé**, de Thayná Noia Brandão, Paula Falcão Albuquerque e Cecilio Argolo Junior. O foco central é apresentar as divergências jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça, bem como dos Tribunais inferiores quanto à forma de incidência da repetição do indébito e as excludentes de sua aplicação, fazendo assento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor;

7. **O instituto da curatela no estatuto da pessoa com deficiência sob a ótica do novo CPC**, de Márcia Walquiria Batista dos Santos, Eveline Gonçalves Denardi, Ariane Grisolia Faria Silva e Keli Silva. Tendo como ponto de partida a Lei 13.146/2015, intitulada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinalam as concepções embrionárias da norma, os princípios e pressupostos aplicáveis, expondo dados de relevância acerca da proteção do deficiente, sobretudo, por meio da curatela, apresentada de forma sincrônica com o novo CPC (Lei 13.105/2015);

8. **Educação ambiental no Brasil: evolução e novos desafios**, de Edison Fernando Pompermayer, Rafaella Santos Silva Costa e Claudia Scareli-Santos. Tendo por pressuposto que a educação ambiental é fundamental para uma conscientização

das pessoas em relação à conservação e preservação dos recursos naturais, analisam a Política Nacional de Educação Ambiental, verificando sua força conscientizadora e comportamental e assinalando sua força relevante de transformação.

9. **Recente guinada na jurisprudência do STF na interpretação do princípio da presunção de inocência**, de Wanderlei José dos Reis. A partir da análise do HC n. 126.292/SP que deu interpretação diversa da então consolidada jurisprudência sobre o princípio da presunção de inocência, o artigo busca retratar os principais pontos que sinalizam pela nova posição adotada, bem como seus limites.

10. **A ideia de justiça de Amartya Sen**, de Vilmária Cavalcante Araújo Mota, Márcio Fernando Moreira Miranda e Márcia da Cruz Girardi. Amartya Sen, filósofo e economista indiano, foi laureado pelas suas contribuições à teoria da Justiça Social. A noção de justiça como equidade é de importância basilar na construção da ideia de justiça de Sen, que a reconhece como hábil para a diminuição das injustiças por meio da oferta equânime de oportunidades, assim como a importância das liberdades. A metodologia aplicada tem natureza crítica-reflexiva, com releitura da obra "A ideia de Justiça" e inserções de outros textos, para uma construção clara das ideias expostas por Sen.

Esta edição da Revista Jurídica UNIGRAN traz, sem dúvidas, importantes contribuições à Ciência do Direito e se constitui em importante fonte de pesquisa e reflexões, que esperamos ver continuadas em outros textos a serem aqui publicados ou em outros periódicos científicos.

Uma boa leitura!

Helder Baruffi